



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 172.4.55.O

DATA: 04/07/18

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h35min

TÉRMINO: 10h56min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

**Ata da 172ª Sessão da Câmara dos Deputados, Extraordinária, Matutina, da
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 4 de julho de 2018.**

Presidência do Sr.:

**Esperidião Amin, nos termos do § 2º do artigo
18 do Regimento Interno.**



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) - Passa-se à

IV - COMISSÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Sras. e Srs. Deputados, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral com a finalidade de debater a concessão e a revogação de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial dos quais decorram renúncia de receita ou aumento de despesa.

Sobre a mesa, acha-se à disposição das Sras. e dos Srs. Parlamentares folha de inscrição, Deputado Carlos Zarattini, destinada a quem queira fazer uso da palavra.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado ao que o Regimento permite. Como regra, são 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição. Como a nossa sessão está compactada, em função da próxima sessão do Congresso Nacional, a Mesa usará de bom senso para disciplinar o tempo.

Tenho a grande honra de convidar para compor a Mesa o nosso Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Renato Molling, que praticou o gesto de cancelar as atividades da Comissão, em benefício da realização desta Comissão, também aprovada com a sua aquiescência.

Convido o Dr. Jorge Antônio Deher Rachid, que é o primeiro expositor, para igualmente fazer parte da Mesa, assim como, quando chegar, o Dr. Marcelo Barros



Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Abrindo a sessão, cabe-me dizer do entusiasmo com que o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, acolheu e promove esta Comissão Geral. S.Exa. gravou um pronunciamento muito expressivo, muito denso, a respeito do assunto. Eu vou pedir que as notas taquigráficas o preservem por inteiro, na abertura desta sessão, e farei a leitura da sua conclusão:

“Em síntese, cabe a esta Casa Legislativa acompanhar e fiscalizar *pari passu* a política de subsídios da União; reavaliar a todo tempo os benefícios; zelar pelo aprimoramento dos mecanismos institucionais de controle e assegurar a informação pública de qualidade a respeito da matéria.

É esta a incumbência institucional cometida a esta Comissão Geral. Afinal, são recursos públicos, são recursos do contribuinte!

Conto com o apoio das Senhoras e dos Senhores Deputados para enfrentar esse tema, tão grave quanto atual em nosso País.”

Os números que compõem esse conjunto de renúncia fiscal podem ser resumidos àqueles que constam do Orçamento da União deste ano, 287 bilhões de reais, não incluídos aí aqueles praticados pelos Estados federados e, eventualmente, por Municípios brasileiros. Essa é a dimensão do assunto sobre o qual se debruça esta Comissão Geral.

Quando apresentei essa proposta na Comissão de Finanças e Tributação, encontrei do Presidente Renato Molling o mais vivo e entusiasmado apoio.

Creio que a realização desta Comissão coloca foco neste assunto num momento de particular dificuldade financeira da União — aí compreendidos os seus



entes integrantes. E caberá a todos nós dar continuidade às informações que aqui sejam apuradas.

**DISCURSO ENCAMINHADO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Senhoras e Senhores Deputados, rogo a atenção de todos para essa relevante questão, sobretudo porque contribui negativamente para o cenário de grave crise fiscal que insiste em assolar o País: a ausência de monitoramento, avaliação e controle das diversas modalidades de subsídios concedidos pelo Estado para favorecer setores, segmentos de contribuintes, com o pretexto de estimular a atividade econômica ou para compensar ditas falhas de mercado.

Tomo de propósito a expressão “subsídios” em seu sentido mais amplo, na linha que inspirou a criação desta Comissão Geral, para designar os diferentes benefícios concedidos pelo Estado, com destaque para aqueles de natureza tributária, financeira e creditícia. Neste escopo, destacam-se as subvenções econômicas, a assunção de dívidas, a equalização da taxa de juros em empréstimos concedidos pelos bancos públicos, desonerações tributárias — que, em última análise, constituem estratégias e mecanismos para direcionar recursos públicos para segmentos da iniciativa privada, direta ou indiretamente.

É bom frisar preliminarmente que este pronunciamento atém-se aos subsídios de natureza tributária, financeira e creditícia concedidos pela União. Ficam de fora os benefícios desta ordem sob responsabilidade direta dos Estados e Municípios. Quanto a esses, nem mesmo há estimativas precisas que permitam apontar com exatidão os montantes dos benefícios concedidos.



Os subsídios de natureza tributária, de longe os mais expressivos, operam no lado da receita pública.

São essencialmente desonerações tributárias, exceções à regra tributária padrão, estabelecidas seletivamente em favor de certos contribuintes, regiões ou segmentos econômicos. Implicam renúncia de receita tributária e, portanto, reduzem a arrecadação federal, acentuando a crise fiscal.

Ainda que sistemas tributários nacionais admitam a convivência com desonerações na forma de isenções, deduções, reduções de base de cálculo, reduções de alíquota e créditos presumidos, entre outras espécies do gênero, há que se admitir que os valores dos benefícios tributários no Brasil têm alcançado fatia muito expressiva da receita pública, na União e nos Estados, sem sinais objetivos de serem revistos em profundidade por parte das autoridades fazendárias.

As renúncias tributárias estimadas para o próximo ano, embora timidamente declinantes em relação ao passado, seguem em patamares absolutamente incompatíveis para o equilíbrio das contas públicas, conforme indicam os números disponíveis no Anexo IV.11 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Estas renúncias estão estimadas em nada menos que R\$ 303,5 bilhões, o equivalente a quase 20% da arrecadação federal, algo próximo a 4% do Produto Interno Bruto.

Pasmem, Senhoras e Senhores Deputados, o montante da renúncia é bem superior ao déficit primário estimado em R\$ 139 bilhões para o Governo Federal no próximo ano. Vê-se, pois, que o volume é tão grande que daria para zerar o rombo das contas públicas e ainda gerar superávit primário de R\$ 165 bilhões, não obstante, naturalmente, os entraves de natureza política associados aos interesses



particulares dos segmentos favorecidos para a reversão deste cenário fiscal extremamente preocupante.

Por oportuno, reportagens estampadas nos principais jornais do País informam que diferentes auditorias do TCU insistem em apontar as fragilidades encontradas na concessão dos subsídios tributários pelo Governo Federal, e com conclusões semelhantes: o Governo Federal deixa de arrecadar sem saber exatamente se estas renúncias cumprem os objetivos definidos e quais os benefícios que elas trazem para a coletividade.

Não restam dúvidas de que a avaliação e o acompanhamento dos benefícios de natureza tributária representam um grande desafio para o controle das contas públicas. Embora seja essa a forma de subsídio mais dispendiosa do orçamento federal, ela é também a menos transparente e de mais difícil avaliação.

Por que afirmar isto, então?

A razão é que os benefícios de natureza tributária operam como subvenções indiretas, excepcionando normas tributárias, e, por isso, escapam à maior parte dos controles orçamentários. Muito embora sejam classificados como gastos tributários, eles não se enquadram nas características dos gastos públicos, embora acabem, de forma oblíqua, direcionando recursos do Estado para o setor privado. Uma vez concedidos, tendem a perdurar indefinidamente no sistema tributário, tornando-se, no correr dos anos, renúncias sem contrapartida relevante para a sociedade.

Aliás, nem sempre se vislumbra clareza quanto às metas e aos objetivos que se pretendem alcançar por meio dessas medidas, como bem destacou o TCU em suas auditorias. São frequentes os propósitos nobres e as boas intenções. Mas os custos também precisam ser levados em conta, tanto quanto nos gastos diretos.



Os benefícios financeiros, por seu turno, são despesas públicas, na forma de desembolsos efetivos, basicamente materializados como subvenções econômicas. As mais comuns são as equalizações da taxa de juros, nos empréstimos concedidos pelos bancos públicos, ou de preços, como no caso recente do subsídio ao *diesel*.

São despesas de difícil reversão pelas suas implicações políticas, o que acaba contribuindo para aumentar o grau de rigidez da política fiscal porque uma vez criados torna-se muito difícil sua extinção.

Dada a relevância de seu impacto sobre as contas públicas, estes subsídios também carecem de avaliação, ainda que sejam previamente autorizados por lei e ainda que apresentem um grau maior de transparência orçamentária na comparação com os subsídios implícitos nos empréstimos concedidos pelos bancos públicos.

Os subsídios creditícios, ou subsídios implícitos, beneficiam os tomadores privados de empréstimos no âmbito de programas oficiais de crédito conduzidos pelos bancos públicos, sempre favorecidos com taxas de juros subsidiadas, em valor inferior aos parâmetros praticados no mercado, e, ainda, inferiores ao custo de captação do Tesouro Nacional.

Se por um lado os subsídios creditícios não se submetem à discussão orçamentária e nem são afetados pelo teto dos gastos fixado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, por outro lado, eles acabam afetando negativamente a dinâmica da dívida pública, especialmente no caso dos empréstimos do BNDES, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as operações daquele banco de fomento ao setor privado têm custo de financiamento maior que a TJLP.

Não fosse a substituição bem recente da TJLP pela TLP promovida pela MP nº 777, de 2017, convertida na Lei nº 13.483, de 2017, projeções do Ministério da



Fazenda indicavam que, mantida aquela condição, os subsídios implícitos nestes financiamentos concedidos pelo BNDES com recursos captados no mercado pelo Tesouro Nacional, entre 2017 e 2060, alcançariam a expressiva cifra de R\$ 109 bilhões, a preços de hoje.

O Ministério da Fazenda estima que os benefícios financeiros e creditícios alcancem hoje o significativo montante de R\$ 84,3 bilhões. São números inferiores aos das renúncias tributárias, mas igualmente relevantes, sobretudo diante da fragilidade de nossas contas públicas.

Deve-se reconhecer que houve um esforço recente do Governo Federal para reduzir em cerca de R\$ 30 bilhões a participação destes encargos na relação “subsídios creditícios e financeiros *IPIB*”, com destaque para a queda dos incentivos financeiros ao BNDES (R\$ 13,5 bilhões) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (R\$ 4,3 bilhões), o que contribuiu para que tal relação declinasse de 6,1%, em 2016, para 5,4% no ano passado.

A diminuição foi significativa. Mas ainda há muito a fazer.

Não se discute aqui a importância dos subsídios à iniciativa privada. Os incentivos desta ordem estão amparados no art. 174 da Constituição, como instrumento para enfrentamento de crises que periodicamente assolam a economia, especialmente nos casos de apoio financeiro a investimentos produtivos de interesse do País.

O que se pretende é ressaltar a imperiosa necessidade de controle e aprimoramento institucional dos subsídios, ciente de que o tema exige a atenção de todos nós, Parlamentares, nas duas Casas Legislativas.



Lembro, a propósito, a instituição do “Novo Regime Fiscal” pela Emenda Constitucional nº 95, que, além de impor limite ao crescimento das despesas primárias da União, antepôs entraves para a apresentação de proposições que criem ou alterem despesa obrigatória ou renúncia de receita, exigindo ainda que estas propostas sejam acompanhadas da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Tem-se na verdade a constitucionalização do disposto nos arts. 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em outras palavras, para desonerar certos segmentos econômicos ou grupos de contribuintes, há que se ter presente o custo de cada medida. Não pode passar despercebida a relação custo-benefício, seja no que se refere a objetivos a serem atingidos, seja no que se refere aos custos, diretos ou indiretos, que isto implica.

A concessão que qualquer subsídio, tanto no lado da receita pública, quanto no lado da despesa pública, deve estabelecer de maneira clara os objetivos e as metas a que se destina, como de resto o impacto financeiro-orçamentário de sua aprovação.

Na persecução desse mister, todos nós, no exercício pleno da atividade fiscalizadora, própria desta Casa, temos um papel importante e indelegável a desempenhar.

Em síntese, cabe a esta Casa Legislativa acompanhar e fiscalizar *pari passu* a política de subsídios da União; reavaliar a todo tempo os benefícios; zelar pelo aprimoramento dos mecanismos institucionais de controle e assegurar a informação pública de qualidade a respeito da matéria.

É esta a incumbência institucional cometida a esta Comissão Geral. Afinal, são recursos públicos, são recursos do contribuinte!



Conto com o apoio das Senhoras e dos Senhores Deputados para enfrentar esse tema, tão grave quanto atual em nosso País.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - O primeiro expositor a quem vou passar a palavra apresentou tempestivamente material a ser exposto. Por isso, peço auxílio aos nossos colaboradores.

O Dr. Rachid pode se deslocar para o ponto que lhe parecer mais propício para proceder a exposição, ou aula, como queira chamar.

Agradeço muito a sua presença, em nome da Comissão de Finanças e Tributação, o senhor que pontualmente comparece às nossas reuniões bimestrais, a quem concedo a palavra para fazer sua exposição por um prazo máximo de 10 minutos. Muito obrigado.

O SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID - Bom dia a todos. Agradeço ao Presidente da Mesa, Deputado e Governador Esperidião Amin, e cumprimento o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Renato Molling, os Srs. Parlamentares, senhoras e senhores.

Agradeço ao Deputado Esperidião Amin o convite para participar desta Comissão Geral. Vou apresentar algumas informações para os senhores no tempo que me foi dispensado. Esse é um tema muito importante para o nosso País. É muito importante esse debate, a transparência, colocar luz, colocar foco neste assunto.

(Segue-se exibição de imagens.)

Pretendo avançar colocando seis pontos de questões: vou tratar da carga tributária e desempenho da nossa arrecadação; aspectos teóricos e conceituais dos gastos; evolução dos gastos tributários; distribuição dos gastos; efeitos do financiamento; e alguns temas para debate sobre mudanças necessárias.



Trago aqui a questão da carga tributária. Os números que nós estamos trabalhando ainda são prévios, o PIB final ainda não saiu. Estamos com uma carga estável na ordem de 32%, na qual tivemos pequena variação no âmbito da União, uma pequena queda, mas no global a carga permanece estável.

Com relação aos aspectos do conceito de gastos tributários, há muita discussão sobre o que é gasto, o que alcança a renúncia, mas a nossa posição está alinhada com a do próprio Tribunal de Contas, que faz esta definição:

Gastos tributários são gastos indiretos do governo, realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Embora, se nós formos para a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, no art. 14 se utilize o termo “renúncia” e lá se entenda que renúncia compreende anistia, remissão, subsídios, esta questão está bastante alinhada ao nosso conceito de gasto tributário, que nada mais é do que o desvio do sistema tributário de referência. Sendo essa a definição, ela pode ser considerada o núcleo conceitual do que a Receita Federal, a OCDE e o próprio FMI conceituam como gasto tributário.

Em relação à evolução dos gastos, este gráfico é bastante interessante. É possível observar nos últimos 10 anos o salto que foi dado em termos de gastos tributários. Nós saímos de 3,33% do PIB, chegamos a mais de 4,5% e agora nós temos que buscar a acomodação, nós temos que reduzir este patamar de 4% para o



nosso País. Comparando-se este dado com os gastos de outros países, nós temos quase o dobro. Geralmente, eles circulam em torno de 2%, e não de 4%, chegando quase a 5%.

Aqui se demonstra com o próprio comportamento da arrecadação que chegamos a um patamar... Este gráfico aponta um dado interessante: a evolução da própria arrecadação *vis-à-vis* da carga tributária e gasto tributário. Nós estamos observando que houve uma abertura, um *gap*, um espaço muito grande entre a própria carga e o aumento do gasto tributário. Lembro que onde há alguma despesa, algum gasto tributário, quem paga são os contribuintes. Todos os contribuintes estão arcando com o peso do Estado. Se discutirmos carga tributária, nós temos que discutir o tamanho do Estado. Este é que é o ponto importante.

Trago aqui alguns exemplos, como o do SIMPLES Nacional e quanto ele cresceu nesse período, nesses últimos anos. O SIMPLES Nacional dobrou, praticamente, o gasto tributário de 2010 a 2017. Outro exemplo é o da desoneração da cesta básica: mais de 140% entre 2010 e 2017. A desoneração da folha chegou depois, começou depois, em 2011. O projeto inicial da desoneração da folha tinha um valor. Chegamos hoje a 268% de pressão tributária.

Esse gasto tributário está distribuído no nosso País. Se observarmos nas regiões a distribuição e o impacto disso, evidentemente — este quadro é bastante interessante, porque mostra o gasto tributário *vis-à-vis* PIB —, nós temos uma pressão no Norte, com 9,4%; em relação ao Nordeste temos 3,6%; no Centro-Oeste, 3,6%; no Sudeste, 4,2%, 4,4%; e no Brasil, de modo geral, estamos com 4,3%, 4,4%.



O outro gráfico também demonstra gasto tributário *versus* arrecadação. Temos o comportamento do gasto tributário em relação à arrecadação por região.

Mais adiante, apresenta-se o conceito de função orçamentária. É uma forma de ver a aplicação dos recursos públicos. Nós temos comércio na ordem de 28%; trabalho, 15%. E nós abrimos.

Há um dado interessante na próxima tela também sobre gastos tributários. Quais são os principais gastos tributários? Aqui nós elencamos que 29% dos gastos tributários se concentram no SIMPLES Nacional. Vejam, senhores, hoje em torno de 75% das nossas empresas estão centradas no SIMPLES Nacional.

O SIMPLES Nacional, o tratamento diferenciado e favorecido para micro e pequenas empresas está previsto na Constituição. Ele tem que existir. Isso é bom para o País. Entretanto, o que não pode é o limite que está estabelecido de mais de 1 milhão de dólares, portanto, 4 milhões e 800 mil reais. O limite é muito elevado. Isso nós temos que repensar um pouco. Se compararmos com outros países, fala-se em 100 ou que chegue a 200 mil dólares, mas não mais de 1 milhão de dólares ou 1 milhão e 200 mil dólares.

O rol dos principais gastos está aqui. Está disponível esta informação. A nossa apresentação vai ficar disponível a todos os Srs. Parlamentares. Aqui há um elenco dos gastos. Chegamos a 270 bilhões de reais. Numa arrecadação de 1,3 trilhão de reais, nós temos um gasto tributário da ordem de 270 bilhões de reais.

Como se aplicam essas despesas tributárias? Como esses gastos tributários se comportam? Nós observamos que em 66% das 132 rubricas o prazo é indeterminado. Há 66% de prazo indeterminado, em termos de gasto tributário, em termos de vigência. Isso tem que ser repensado também.



Efeitos do financiamento dessas políticas. Sistemas diferenciados são sistemas mais onerosos. É oneroso para a administração tributária — quem paga é o contribuinte — e oneroso para o contribuinte porque isso gera controvérsias, gera litígios e acaba encarecendo o nosso custo. Essa fragmentação não é positiva.

Eu trago, para finalizar, Sr. Presidente, algumas sugestões de mudança. A primeira delas é transparência. Nós temos que colocar foco, transparência nesse assunto. A propósito, há um projeto em tramitação no Senado Federal — creio que também haja um projeto semelhante aqui na Câmara dos Deputados — de permitir abrir à sociedade a flexibilização do sigilo fiscal das pessoas jurídicas que auferem benefícios tributários. Isso é importante.

O segundo ponto é a redução do volume de gastos tributários. Isso eu havia comentado. O terceiro ponto é prazo determinado para os benefícios tributários. Inclusive a proposta do Deputado Esperidião Amin, que está em tramitação aqui, foca esse tema em termos de prazo, em termos de discussão. O quarto ponto é eficácia dos benefícios condicionada à existência de medida compensatória. Não resolve dar, conceder benefício sem que haja outra medida compensatória.

O quinto ponto é análise de sustentabilidade do benefício por ocasião da concessão. Essa é interessante. Nós temos que conceder um benefício em troca de algo e, nesse caso, é do crescimento econômico. Não adianta eu dar um benefício, e isso virar margem de lucro para contribuinte. Tem que haver o comprometimento do benefício. Ao mesmo tempo, esse benefício é sustentável? Vai gerar crescimento econômico? Essa análise tem que ser feita.

O sexto ponto é aplicação de regras de governança a políticas públicas financiadas com gasto tributário: definição de metas e avaliação periódica dos



resultados e definição de órgão gestor para cada benefício. E, por fim, uma mudança na sistemática. Vamos discutir gasto tributário no orçamento. Na discussão do orçamento, vamos ver. Nós queremos privilegiar o setor A ou o setor B? Se privilegiar o setor A, eu vou ter que abrir mão de A ou B ou criar alternativas de arrecadação.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria apresentar. Desculpe-me ter avançado o tempo. Muito obrigado. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Sr. Rachid, eu creio que todos nós compreendemos essa pequena extrapolação. Eu quero agradecer pela sua participação. O senhor pode permanecer aqui entre nós pelo tempo que puder. Certamente, haverá perguntas que serão endereçadas a V.Exa. Acho que a sua exposição nos situa.

Eu gostaria só de fazer um acréscimo à exposição de V.Exa., antes de ouvirmos o próximo palestrante, o Sr. Fernando Rodrigues de Bairos, Presidente da Associação de Fabricantes de Refrigerantes do Brasil, indicado pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Eu gostaria de dizer que esse projeto de lei, que, na verdade, é de autoria do Deputado Jorge Boeira e tem apensado um projeto de minha autoria, só acrescenta, aliás, só discrepa da lista de sugestões do Dr. Rachid porque ele procura conduzir a avaliação de custo-benefício de cada incentivo, de cada tópico da renúncia fiscal, para três tópicos.

Os tópicos são: 1. Ajuda a gerar ou a manter empregos? 2. Contribui para a competitividade do setor? 3. O consumidor é beneficiado? São esses três tópicos — trabalho, competitividade e consumidor — que são focados por esses dois projetos:



o PLP 378, de autoria do Deputado Jorge Boeira, e o PLP 487, de autoria deste que vos fala.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Convido para usar da palavra o Sr. Fernando Rodrigues de Bairros.

Eu queria dizer que, em função da compactação do prazo, nós estamos destinando 5 minutos para cada exposição, conforme prevê o Regimento. É claro que, se V.Sa. tiver uma exposição para fazer, eu não vou impedir V.Sa. de concluir o raciocínio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao Sr. Fernando Rodrigues de Bairros.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS - Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Esperidião Amin e ao Deputado Renato Molling a oportunidade que deram à Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil — AFREBRAS, que entra neste debate com a ótica do setor de bebidas.

Meu nome é Fernando Rodrigues de Bairros. Sou o Presidente da AFREBRAS, na qual congregamos mais de 106 associados no Brasil inteiro.

Para falarmos um pouquinho sobre a concessão e a revogação de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial que decorram de renúncia de receita ou aumento de despesa, faz-se necessário falarmos sobre o setor de bebidas no Brasil e fazermos uma pequena explanação sobre como esse setor funciona no Brasil.

De um lado, nós temos duas grandes multinacionais no setor de bebidas, que concentram mais de 80% do mercado, com mais de 90% do faturamento; do outro lado, nós temos quase mil empresas de fabricantes de bebidas no Brasil como um todo.

Quando se analisam os incentivos fiscais do ponto de vista estadual, vê-se que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro concedem praticamente qualquer tipo de benefício às duas grandes corporações do setor de bebidas.

Recentemente, em uma discussão, no Estado do Paraná, nós fizemos a análise dos incentivos concedidos pelo Governador do Estado a uma grande corporação multinacional de bebidas, se não me engano, a maior indústria cervejeira



do Brasil, e vimos que, simplesmente, nas operações internas, o Governo Estadual reduziu a alíquota do ICMS sobre a cerveja, por exemplo, de 29% para 12% para a grande empresa. Já para a pequena empresa, a alíquota é 29%. Ao analisar o caso do refrigerante, vimos que ocorreu a mesma coisa: a alíquota caiu de 18% para 12% para a grande corporação, enquanto para o pequeno fabricante a alíquota interna do ICMS estadual é de 18%.

Não é concebível, não é possível aceitar que isso possa acontecer, porque, a partir do momento em que o Estado concede incentivo por CNPJ, ele prejudica o setor de bebidas, concentra o mercado, afeta a concorrência e age contra a sociedade, porque retira dela a opção de escolha.

Como é que as pequenas empresas vão concorrer com uma empresa multinacional que fatura mais de 50 bilhões de reais ao ano e tem alíquotas de imposto tão baixas? Nós até arriscamos dizer que a soma da carga tributária efetiva dessas grandes corporações é de fato menor que a do SIMPLES Nacional. E aí começa toda uma discussão, porque a partir do momento em que eu concentro o mercado, acabo penalizando a concorrência.

E há mais benefício ainda que esse em relação à parte estadual. Quando essas mesmas corporações vendem para fora do Estado, há 75% do crédito presumido. Ou seja, a pequena empresa que venda do Paraná para São Paulo tem alíquota interestadual de 12%; a grande corporação, quando vende do Estado do Paraná para o Estado de São Paulo, tem crédito presumido de 75%.

A alíquota efetiva nas operações internas da grande corporação foi fixada pelo Estado do Paraná em no máximo 12%. Para nós, isso é inconcebível.



Seguindo na mesma toada, nós temos o caso federal. E aí começa toda uma discussão, porque a criatividade tributária do empresariado brasileiro é tão especial que se criam situações em que não se recolhe IPI no setor de bebidas.

Por exemplo, existe uma fábrica de concentrados no Polo Industrial de Manaus. Essa fábrica fornece matéria-prima para as suas franquias no Brasil inteiro. Isso teria uma alíquota de 20% de IPI, mas a empresa é creditada em 20%. Senhores, ela não recolhe os 20% lá e é creditada em 20%.

Quando analisamos essa situação, vemos uma situação extremamente esdrúxula, porque existe um planejamento, uma criatividade tributária fora do comum, que faz com que grandes corporações do setor de refrigerantes não recolham nenhum centavo de IPI. Eu, pequena empresa, que estou no SIMPLES Nacional, recolho 0,5% do meu faturamento em IPI. Já as grandes corporações não recolhem nenhum centavo.

Isso tudo tem que ser revisado. A própria Secretaria da Receita Federal tem, no seu Plano Anual de Fiscalização, autuado grandes corporações, mostrando justamente que isso está errado.

Para resumir, rapidamente, no finalzinho do plano de fiscalização publicado em fevereiro 2018, a própria Secretaria da Receita Federal fala que as vantagens fiscais não só acarretam prejuízo ao Erário, mas também possibilitam uma concorrência desleal no mercado de refrigerantes e bebidas não alcoólicas. Somente em 2017, foram efetuados lançamentos na ordem 2,3 bilhões de reais.

O que pedimos na verdade, numa época dessas, é que se faça uma revisão, senhores, de todos os incentivos. Se não fizermos essa revisão, nós vamos colocar toda a conta nas costas da sociedade, e isso não nos parece justo. Parece-nos que



temos que corrigir essa distorção tributária. Quando fizermos isso, efetivamente traremos melhora para todo o setor de bebidas e para toda a sociedade. Quando fizermos essa correção, pois há uma necessidade de correção, traremos benefícios para todos.

Eu quero agradecer mais uma vez ao Deputado Esperidião Amin a oportunidade e dizer que nós temos que continuar discutindo essa situação dos incentivos fiscais. Esses poucos 5 minutos não são suficientes para isso, mas já é o início de uma discussão.

Nós pedimos que a Comissão de Finanças e Tributação continue debatendo isso, para que nós possamos solucionar o problema da concorrência e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Peço que V.Sa. conclua.

O SR. FERNANDO RODRIGUES BAIROS - Já concluí, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin.) - Está bem. Muito obrigado a V.Sa.

Sr. Fernando, em homenagem a sua fala, quero dizer que o projeto de lei em questão, no último artigo, merece a sua atenção e eventual sugestão, porque ele diz que revoga as disposições em contrário, mas faz a análise só para frente. Eu queria que v.sa. e o Deputado Carlos Zarattini, que está aí, se debruçassem sobre esse dispositivo.

Eu pessoalmente acho que temos que avaliar tudo o que existe. Não é para cortar, mas para avaliar custo-benefício, especialmente quanto a esses três tópicos.



Tenho insistido quanto a isso na CFT, presidida pelo Deputado Renato Molling, e sugestões objetivas sobre texto para esse último artigo serão muito bem-vindas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao Sr. Paulo Kliass, economista e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. PAULO KLIASS - Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer o convite realizado pela Presidência, na pessoa do Deputado Esperidião Amin. O senhor pronunciou corretamente meu nome, o que não é fácil: Kliass.

Eu acho que o tema que temos para debater hoje, a desoneração fiscal, é de extrema importância e é bastante atual, como já foi anteriormente mencionado. Temos, em primeiro lugar, a questão da emergência da crise fiscal, a dificuldade no tratamento do equilíbrio das contas públicas nesta conjuntura em especial e a proximidade das eleições, fazendo que o debate a respeito dos rumos que a economia brasileira e que a sociedade brasileira devem adotar a partir dos próximos meses e, principalmente, do ano que vem seja colocado em pauta.

No “financês”, nesta terminologia meio árida e um pouco difícil da tecnocracia governamental e mesmo privada, a desoneração é tratada por um eufemismo, o que pareceria uma contradição: gasto tributário. Tributo é receita. Assim, trabalhamos com o seu oposto, com a ideia de que está havendo uma despesa, um gasto.

O risco é o que estamos passando neste momento, que é o fato de o Governo brasileiro, a União, ter uma previsão bastante complicada de um déficit primário de 159 bilhões para encerrar o ano de 2018, e há a tentação da chamada “conta de padaria”: olhamos uma conta bastante expressiva, que é a conta que o Secretário Rachid já nos apresentou: entre 270 bilhões e 280 bilhões, segundo algumas avaliações, de gastos tributários de desonerações contra um déficit nominal de 160



bilhões. Aí vem a tentação de dizer que então acabaremos com as desonerações, o que aparentemente seria uma forma de resolver o problema fiscal no curto prazo.

O problema é que a questão econômica é muito mais complexa do que esta simplicidade, este simplismo no tratar das contas públicas.

Eu considero bastante equivocada esta tentação, esta ideia de demonizar a existência da política de desoneração tributária. Nós vemos países como Estados Unidos, países da União Europeia e outros países desenvolvidos que sempre utilizaram a desoneração, subsídios e outros instrumentos de política econômica para resolver problemas conjunturais, como a crise de 2008 e 2009, em que este tipo de política foi usado à exaustão para utilizar o estímulo a setores considerados mais sensíveis, mais estratégicos das suas economias e das suas sociedades. Isso é absolutamente normal.

Não se pode aceitar este argumento que agora começa a ganhar os jornais e a televisão, com os chamados especialistas, que na verdade estão defendendo interesses muito claros do sistema financeiro, dizendo que isso é uma jabuticaba do Brasil que tem que acabar. De jeito nenhum! A emergência da crise fiscal não pode nos levar a uma tentação ou a uma saída simplificada fácil de achar que a desoneração tem que ser eliminada por conta da dificuldade de natureza fiscal nas contas públicas.

Eu acho que o aspecto mais importante a ser trabalhado é a identificação, no conjunto das desonerações, do que é correto, do que é adequado e do que beneficia a maioria da população brasileira.

Num gesto do "*vamos acabar com a desoneração porque isso é um privilégio*", acabaríamos com quase 30% dos recursos que são dirigidos para as



pequenas e médias empresas, por exemplo, e para o Simples. Não é correto deixar as empresas com esse perfil à míngua, sem nenhum tipo de ajuda, do ponto de vista da ação do Estado.

O que precisa ser feito é olhar para este setor com uma lupa, para verificar exatamente quais são os exageros e os desvios de função. Não se pode acabar com a desoneração para as micro, pequenas e médias empresas.

O segundo aspecto é que há outras medidas de desoneração que, a meu ver, não são adequadas. Há, por exemplo, a ideia de desoneração da folha, uma reivindicação antiga de setores do empresariado, com o argumento já surrado e cansado do tal Custo Brasil. Esta não é uma solução.

O que aconteceu aqui é que se começou uma espécie de experiência do mal com quatro ou cinco setores, e isso criou uma fila: hoje há mais de 60 setores beneficiados sem nenhum tipo de contrapartida ou de exigência de geração de emprego, por exemplo, por parte das empresas. O Estado, neste caso, oferece o benefício, dá vantagem, e a sociedade, no seu conjunto, não ganha nada com esta orientação.

Para resumir, a forma de se resolver esta questão da desoneração é justamente encarar a possibilidade de que para os setores, as áreas e as empresas que sejam beneficiadas, porque este é realmente um instrumento de política econômica importante, assim como o são os subsídios para as áreas consideradas estratégicas da nossa sociedade e setores que precisam ser estimulados, o Governo conceda esta vantagem com base na exigência de contrapartidas.

O Secretário Rachid já mostrou que é preciso haver um pouco mais de transparência ou muito mais transparência na exibição das informações, para exigir



das empresas, por exemplo, medidas na área de geração de empregos, priorização de determinados tipos de investimentos a partir do crescimento proporcionado pelas benesses e elementos de crescimento na sua ação.

Eu finalizo, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade, considerando que este debate precisa ser estimulado na nossa sociedade.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao Dr. Charles Johnson da Silva Alcântara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital — FENAFISCO.

Dr. Charles, o arquiteto e urbanista Deputado Edmilson Rodrigues salienta que V.Sa. ostenta o galardão de ser conterrâneo dele.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - O que muito me honra, Deputado.

Saúdo o Deputado Esperidião Amin, Presidente desta sessão, o Deputado Luiz Carlos Hauly — vamos nos encontrar daqui a pouco, à tarde, para discutir a reforma tributária — e o Secretário da Receita Federal, o Dr. Jorge Rachid. Parece-me que também vamos nos encontrar mais tarde para um evento sobre reforma tributária. Saúdo especialmente os amigos da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e também da FENAFISCO e dos seus sindicatos, agentes do Fisco Estadual.

Deputados, os números aqui trazidos pelo Secretário da Receita Federal já são por si bastante eloquentes sobre essa realidade do gasto tributário no Brasil. Mas vejam que o Secretário trouxe apenas — evidentemente que é da sua responsabilidade — os números da União.

Se somássemos os números desse gasto tributário dos Estados, eu diria que seria muito mais assustador. Mas, Secretário Rachid, é muito difícil apresentar um levantamento tão minucioso e tão preciso dos gastos tributários nos Estados, porque, em boa parte deles, não posso falar em todos, ainda estamos em um patamar muito aquém em termos de transparência sobre esses números.



Vejam, senhoras e senhores, em alguns Estados do Brasil sequer as renúncias fiscais eram todas publicadas — sequer publicadas! Até pouco tempo atrás, havia atos secretos de concessão de benefícios fiscais, de renúncia fiscal, porque, se não eram publicados, eram secretos. Como avaliar esse tipo de política pública se o Poder Legislativo sequer tinha conhecimento dela? Então, é uma situação bastante preocupante.

A propósito da transparência, nesta Casa tramita o Projeto de Lei Complementar nº 280, de 2016, de autoria do Poder Executivo — chamo a atenção do Deputado Esperidião Amin, que preside esta sessão —, que há 2 anos aguarda designação de Relator.

De que trata esse projeto? Ele propõe incluir no CTN, que estabelece as normas gerais do sistema tributário no Brasil — é uma lei que tem quase a minha idade; fiz 53 anos, nasci em 1965; e o CTN nasceu 1 ano depois, em 1966 —, entre as exceções ao sigilo fiscal, previsto no art. 198, a divulgação dos contribuintes beneficiados com essas políticas de renúncia.

A rigor, sequer precisaríamos debater esse tema, porque um dos preceitos da Lei de Acesso à Informação de 2011 é transformar a publicidade em regra geral e o sigilo em exceção. Paralelo a isso, o Senado Federal tem um projeto de lei também, o Projeto de Lei nº 188, de 2014, do Senador Randolfe Rodrigues, que está na Ordem do Dia.

Portanto, o apelo que nós fazemos a esta Casa — e peço que ele seja transmitido também ao Senado da República — é no sentido de que haja transparência. Não é possível que a sociedade brasileira não conheça essa realidade. Se isso é ou não uma política — e não duvidamos de que seja —, é



preciso que haja, em primeiro lugar, transparência sobre a forma como são concedidas as renúncias fiscais no País, o seu volume e seus critérios.

Muito recentemente, o Tribunal de Contas da União, na sua sessão plenária de junho — no mês passado, portanto —, tomou uma decisão muito importante, e o Secretário Rachid, com certeza, está atento a essa decisão. O TCU recomendou ao Governo Federal, por intermédio da Secretaria da Receita, que divulgue a lista...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - Peço 1 minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Peço que conclua, por favor.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - ...estipulou um prazo para que essas renúncias fiscais sejam divulgadas, a fim de que a sociedade tome conhecimento delas. Esta foi a recomendação do TCU.

Pasmem, de acordo com o TCU, 44% das renúncias fiscais no Governo Federal não têm qualquer controle! Nós estamos falando de algo em torno de 125 bilhões de reais em renúncias sobre as quais o TCU diz que não há controle nenhum, o que, aliás, confirma a fala do Secretário Rachid há pouco. Vejam, se 44% das renúncias fiscais da União não têm controle, e considerando que no Governo Federal há muito mais transparência que nos Estados, eu fico a imaginar quanto dessa renúncia fiscal concedida nos Estados não têm controle algum! Isto é muito grave!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - Vou concluir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Peço que conclua. Faça de conta que o fiscal bateu à sua porta.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - Está certo, Deputado.

Vejam, se isto é grave em tempos de bonança, isto é sério e requer atenção, requer medidas no sentido de dar transparência e efetividade a essa política, isto se torna ainda mais grave em tempos de crise ou de desequilíbrio fiscal no País.

Nós da FENAFISCO deixamos esse apelo para que o Congresso brasileiro efetivamente dê um basta a esse ocultismo, a esse segredismo, como é tratada a renúncia fiscal no Brasil.

Muito obrigado, Deputado, inclusive pela tolerância.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Convido o Sr. Daniel Lutz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário, indicado pelo MDB e pelo nosso Presidente Molling, para usar da palavra.

Mas, antes, eu gostaria que o Sr. Charles e o nosso distinto público tomassem conhecimento do seguinte: o projeto de lei a que me referi, já aprovado na Comissão de Finanças e Tributação e pronto para ser deliberado aqui no plenário, que trata de avaliação das renúncias fiscais, no seu art. 4º do substitutivo, da lavra do Deputado Eduardo Cury, consigna no § 3º, ou seja, no escopo do projeto global, do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — aquela que nasceu sem a sua autorização, quando o senhor completava um ano de vida! —, passa a vigorar, acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 198.....

§ 3º.....

IV - incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial que implique renúncia de receita ou aumento de despesa, cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

Ou física, há uma discussão, ou seja, indo ao encontro do que o senhor relatou que tramita no Senado. Só que é no corpo do projeto a que me referi, o Projeto de Lei Complementar nº 378, de 2017, tendo apensado o Projeto de Lei Complementar nº 487, de 2018, com substitutivo elaborado pelo Deputado Eduardo Cury.

Aliás, foi sugestão da Receita Federal. Se houver algum erro de redação, ela será chamada à colação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Com a palavra o Sr. Daniel Lutz.

O SR. DANIEL LUTZ - Obrigado, Presidente.

Gostaria de saudar a Mesa. Cumprimento o Presidente, amigo Deputado e ex-Governador Esperidião Amin; o amigo Deputado Renato Molling, representante e defensor do setor moveleiro; o Deputado Luiz Carlos Hauly, que ajudou o setor moveleiro do Paraná, quando foi Secretário da Fazenda; o companheiro Irineu Munhoz, que sempre nos fala do senhor também; o Dr. Rachid — obrigado pela apresentação que nos esclareceu bastante sobre o custo tributário do Brasil; o amigo Deputado Valdir Colatto, que fez a indicação do nosso setor para que pudéssemos participar desta Comissão.

O setor moveleiro do Brasil é composto hoje por mais de 20 mil empresas. Ele emprega atualmente 287 mil funcionários. Estamos passando, realmente, por uma situação de bastante crise, como diversos setores do Brasil.

Apoiamos a iniciativa da Casa de analisar melhor os benefícios e as concessões dadas aos setores. O setor moveleiro, por exemplo, já esteve com 1% de participação no cenário mundial, isso depois de uma política cambial na qual o dólar se desvalorizou bastante e tivemos uma redução de menos de 0,5%. Também reduzimos mais de 50% ou 60% até da mão de obra empregada nas indústrias de móveis de exportação.

Assim, podemos dar o exemplo de um móvel em madeira de eucalipto produzido pelo Vietnã e vendido para os Estados Unidos. O Brasil não consegue ser competitivo, com esse móvel, e fazer essa exportação. O detalhe é que esse móvel é feito com madeira de origem brasileira.



Nossa cadeia de produção é muito extensa. Além dos nossos quase 300 mil empregos, temos a agroindústria, Deputado Valdir Colatto, com enormes reflorestamentos e muitos empregos gerados nesse setor, bem como o processamento das madeiras, a fabricação de chapas. Entramos com a nossa indústria de transformação e agregamos ainda a indústria de ferragens, a indústria de embalagens e a indústria de tintas e vernizes. Ou seja, é uma cadeia bastante extensa e importante na economia. Somos o oitavo setor que mais emprega no Brasil.

Recentemente, tivemos participação também na Comissão que reanalisou as concessões dos benefícios de desoneração fiscal. Em seu relatório, o Deputado Orlando Silva, após serem apresentados a ele os dados do setor, concluiu pela necessidade do benefício ainda para a manutenção dos empregos.

Desde 2012, quando tivemos o início do benefício a 1 dólar, bastante baixo para a competitividade nacional, nós vimos recuperando essa nossa participação no mercado externo. Agora, tivemos a surpresa do veto do Presidente em relação a esse benefício.

O nosso apelo aqui é que possamos reavaliar isso, porque como o foco desta Comissão é analisar a contrapartida, nós estamos aqui para trabalhar pelo aumento dessa arrecadação de impostos, de maneira a proporcionar crescimento, desenvolvimento social e desenvolvimento industrial e econômico, gerando empregos, aumentando produtividade e vendas e, assim, a arrecadação.

Com certeza, se tivermos a desoneração, isso será favorável ao Governo, que arrecadará mais dinheiro. Se estivermos onerados, vamos ter um aumento de custos, nosso produto vai ficar mais caro ao consumidor, nós vamos ter desemprego



na nossa indústria e vamos perder participação no mercado mundial, o que prejudica muito a imagem do Brasil também no cenário da exportação de móveis, no cenário mundial.

Então, estamos de acordo, Deputado Esperidião, queremos participar, principalmente na transparência, no comprometimento, no aumento da arrecadação e do emprego, visando esses acordos de benefícios dados ao setor.

Para concluir, agradeço à Mesa a oportunidade. Agradeço também aos Deputados e aos ouvintes.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao penúltimo inscrito, o Sr. Igor Rodrigues Britto, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC, indicado também pela bancada do Partido dos Trabalhadores. *(Pausa.)*

O próximo convidado será o Sr. Ricardo Keiper, Diretor de Supply Chain, da GE Aviation.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO - Obrigado, Deputado Esperidião Amin. Boa tarde, Deputadas e Deputados presentes, colegas que me antecederam.

Deputado Esperidião Amin, eu sou representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que é membro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Nas discussões sobre concessões de benefícios e isenções, desonerações, nós temos pautado este Congresso Nacional para que trate a respeito do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Dentro dessa perspectiva, nós estamos acompanhando e criticando os benefícios históricos que a indústria de alimentos industrializados, ultraprocessados, com alto teor de ingredientes e nutrientes críticos, tem recebido benefícios e exonerações no País. Esses benefícios, Deputados, causam impacto muito grande na saúde pública, nos gastos de saúde pública e no direito à alimentação adequada e saudável.

Como uma entidade que defende os interesses e a perspectiva dos consumidores e também a saúde e a alimentação saudável, é importante nós trazemos para os senhores e as senhoras dados e números dos reflexos que esses benefícios possam causar direta e indiretamente ao acesso das pessoas a uma alimentação mais saudável.



No que diz respeito à indústria de bebidas adoçadas, por exemplo, que conta não só com uma alíquota baixa, mas também com diversos benefícios e isenções de impostos em zonas francas e em outras situações, todas as evidências científicas, não só no Brasil, mas ao redor do mundo, dizem que esses benefícios causam impactos reais à taxa de obesidade e a doenças crônicas não transmissíveis, causadas pelo consumo excessivo desses produtos e desses alimentos e bebidas. As taxas de obesidade infantil no Brasil são alarmantes.

Nesse sentido, é um prazer, Deputado Esperidião Amin, fazer parte desta audiência que o senhor preside, porque sabemos que tem um mandato bastante comprometido com a proteção da alimentação adequada e saudável das crianças. Lembro que em 2001 o senhor foi o Governador pioneiro em restringir no seu Estado os produtos alimentícios ultraprocessados e refrigerantes nas escolas. Ontem, inclusive a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, inspirada no seu Estado, aprovou também essa restrição alimentar.

Também é um prazer nesse sentido estar aqui presente com o Deputado Haully, que foi o primeiro Deputado a apresentar, também no mesmo ano de 2001, se não me engano, o projeto de lei que busca proteger as crianças com a alimentação adequada e saudável, com a restrição da publicidade de alimentos dirigida ao público infantil.

Nesse aspecto, a justiça fiscal, Deputado Amin, também tem que levar em consideração essa perspectiva.

Em razão disso, nós parabenizamos o Secretário Rachid, porque a Receita Federal historicamente vem tentando combater as distorções tributárias que existem no Brasil relativas aos benefícios concedidos à indústria de refrigerante e bebidas



adoçadas. O Decreto nº 9.394, de 2018, aprovado este ano, enfrenta essa distorção ao reduzir o benefício que a indústria de refrigerante possui na produção de bebidas.

Nesse sentido, além de alcançar os objetivos que a Receita Federal pretendia, também alcança os benefícios que o Ministério da Saúde já vinha solicitando: que o Brasil realmente avance, assim como outros países fizeram, como o México muito bem fez, colhendo bons resultados, provocando uma tributação que promova uma alimentação adequada e saudável.

Não é justo, dentro da lógica fiscal, que as bebidas adoçadas custem bem menos do que as bebidas saudáveis, como a água. Não é justo que outros alimentos mais saudáveis encontrem obstáculos fiscais e sejam mais caros do que os alimentos ultraprocessados e as bebidas adoçadas.

Concluindo, Deputado Esperidião, congratulo o senhor por esta discussão. Não poderia também deixar de registrar meu agradecimento ao Deputado Paulo Teixeira, que franqueou a nossa palavra.

O Deputado Paulo Teixeira possui um projeto de lei na Câmara dos Deputados que busca enfrentar essa distorção da tributação, das alíquotas irrisórias que as bebidas adoçadas encontram no Brasil, além dos benefícios fiscais.

Muito obrigado, Deputado Esperidião Amin. Agradeço, mais uma vez, a palavra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Vou conceder a palavra ao último convidado, o Sr. Ricardo Keiper.

Antes, porém, eu gostaria de agradecer ao Sr. Igor.

Já que o senhor falou de uma coisa que me orgulha, vou lhe contar outra. Em 2001, nós conseguimos alcançar 200 mil alunos da rede pública estadual com merenda orgânica produzida, graças à iniciativa do saudoso Prof. Wilson Schmidt, na pequena Santa Rosa de Lima, na época o Município menos populoso de Santa Catarina, mas que conseguiu irradiar empresas familiares de produção de alimento orgânico certificado. Isso foi há 17 anos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Keiper.

O SR. RICARDO KEIPER - Eu gostaria de agradecer o privilégio de estar aqui neste evento.

Eu sou natural de Itaqui, no Rio Grande do Sul, sou o sétimo de oito filhos de uma família do interior. Ao longo da minha vida, o inimaginável tem acontecido, como é inimaginável para mim ter o privilégio de estar falando com todos aqui.

A minha vida sempre foi no interior do Rio Grande do Sul, e eu admirava a companhia aérea em que meu pai sempre viajou, a VARIG. Este amor pela aviação sempre esteve comigo.

Eu também passava as férias na Praia da Armação, em Santa Catarina, onde tinha família. Meu pai amava o Rio de Janeiro. Ele era gaúcho, mas amava o Rio de Janeiro. Nós nos mudamos para Petrópolis, onde Santos Dumont tinha uma casa, que hoje é um museu.

Este amor pela aviação me levou a estudar Engenharia Mecânica na Faculdade Católica de Petrópolis e ingressar na CELMA, que faz daqui a 10 dias exatamente 67 anos em aviação. É uma empresa familiar que foi a PANAIR do Brasil, logo em seguida — vocês lembram? Fazia revisão daqueles motores convencionais. Se você olhar um filme preto e branco, a tecnologia é absurda naquela época. Hoje há computadores e tudo o mais.

Comecei a trabalhar na CELMA, fomos privatizados e, desde então, a CELMA começou a competir no campo internacional. Para vocês terem uma ideia, depois do 11 de setembro, a CELMA quase fechou. Nós tínhamos 2 mil funcionários, todos



brasileiros. Nada contra estrangeiro, eu sou bisneto de imigrantes. Isso é o que faz a força deste País. Nós somos convidados nesta terra.

E o que aconteceu foi que nós tivemos que demitir 1.500 funcionários, 75% da nossa força de trabalho. É inimaginável ter que fazer isso, com técnicos de altíssimo nível. São necessários 5 anos para se formar um mecânico de aviação. Sobrou para os 500 restantes reerguerem a empresa. Seria muito fácil sair, fechar a empresa e conseguir um emprego num lugar qualquer, mas o amor pela aviação nos motivou. E eu, como engenheiro, fui chamado a implementar algo que eu não conhecia: o RECOF, um regime fantástico da Receita Federal que nos permitiu ganhar velocidade no campo internacional. Nós não fazíamos negócios no exterior.

Por meio desses regimes especiais, conheci pessoas fantásticas na Receita Federal, na COANA e em outras coordenações. Conheci pessoas fantásticas no Estado do Rio de Janeiro, e nós fizemos o inimaginável. No ano passado nós nos tornamos o quarto maior exportador industrial do Brasil e o maior exportador industrial do Rio de Janeiro. Isso é tecnologia pura.

Apenas cinco países no mundo dominam a tecnologia de turbina de aviação, e nós conseguimos. Os petropolitanos, os gaúchos e pessoas que moram na serra ali, conseguiram isso. Nós estamos falando de aproximadamente 3.500 famílias dentro da empresa. Nós estamos falando da cidade inteira de Petrópolis, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil em si, que nos motiva e nos orgulha.

É difícil para nós que trabalhamos na indústria explicar qual é o efeito para a nossa competitividade de uma decisão que possa ser tomada aqui. O fato é que o que nos inspira é fazer com que todos voem com segurança.



Nós revisamos turbinas de aviação para as maiores empresas aéreas do mundo, como a Azul, a LATAM e outras aqui no Brasil e somos o único fabricante de turbinas novas GE fora dos Estados Unidos. Para vocês terem uma ideia, a turbina do avião da Azul não é fabricada nos Estados Unidos, mas em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Então, fica o agradecimento a todos que contribuíram para a nossa competitividade: à Receita Federal, que no início nos permitiu ganhar velocidade e conquistar o mercado internacional; à Câmara, que, honestamente, traz esses momentos importantíssimos de reflexão.

A decisão que vai ser tomada aqui não está em nossas mãos. O que está em nossas mãos é fazer com que as pessoas viajem com segurança e exportar mão de obra qualificada para o mundo inteiro.

Eu agradeço. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Eu gostaria de dizer ao Sr. Ricardo que, como tenho brevê de planador, eu não usei as turbinas a que ele se referiu, mas certamente elas me puxaram, pelo menos na subida, no motor de um Paulistinha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Passaremos a palavra agora aos Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, por 5 minutos. Na sequência, terão a palavra o Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto; o Deputado Hildo Rocha, por 5 minutos; e o Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente Esperidião Amin, proponente desta sessão; Sr. Secretário da Receita Federal, Dr. Rachid; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores membros do setor produtivo nacional da indústria, do comércio, da agricultura e de serviços; auditores municipais, estaduais e federais e demais presentes a esta sessão de debates sobre esta importante questão da economia brasileira, o Brasil adotou, há 50 anos, um modelo tributário completamente equivocado, criando três monstros, que eu chamo de três frankensteins: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços — ICMS estadual, um frankenstein gigante; o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS, um frankenstein anão; e o Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, um frankenstein gabiru.

Esta distorção de três impostos sobre o Imposto sobre Valor Agregado — IVAs, no lugar de um IVA nacional com a cobrança no destino, produziu todos estes problemas de renúncia fiscal, sonegação, contencioso, etc., com os quais convivemos hoje.

Se não desmontarmos, se não acabarmos com esta estrutura de iniquidade e começarmos um capítulo novo de um imposto na base de consumo, não haverá conserto.



Sr. Presidente, faço um resumo desses 50 anos. A partir de 1981, quando o País entrou numa crise gravíssima no Governo Figueiredo, de 1981 a 1983, o Produto Interno Bruto — PIB nacional recuou 8,5%. Dali em diante, a economia brasileira nunca mais se acertou, produzindo apenas um voo de galinha. Com a crise no Governo Collor, de 1989 a 1991, o PIB caiu 7,7% e, com a crise nos Governos Dilma, Lula e PT, o PIB caiu 8,2%.

Isso se refere à metade do problema da economia brasileira, que produziu crescimento abaixo da média mundial, contrariando o crescimento que o Brasil teve de 1930 a 1980. Durante 50 anos, nós crescemos 6,3% e, nos últimos 37 anos, crescemos apenas 2,3% ao ano. Perdemos um crescimento de 4% do PIB. Metade disso se deve, Presidente Esperidião Amin, às iniquidades, à inconsistência, às incongruências do sistema tributário.

Há o modelo regressivo, que cobra mais imposto dos pobres do que dos ricos, e a concentração alta de tributos no consumo, que mata as empresas e o consumidor, produzindo esta distorção dos incentivos fiscais, para dar sobrevivência aos grupos de pressão e aos setores que necessitam sobreviver à concorrência interna e externa. Isso é uma aberração!

A renúncia fiscal não é uma solução, mas uma exceção no caos tributário nacional. Um país sério não precisa de renúncia fiscal — ele dá incentivo ao consumidor. Quando ele quer direcionar a economia, ele dá crédito subsidiado ou incentivo orçamentário, mas nunca incentivo no imposto, o que distorce toda a formação de preço relativo da economia.



Quanto ao incentivo fiscal, um vive e o outro morre. Há exceções? Sim, a Zona Franca de Manaus, que tem intactos 97% da floresta para a preservação da Amazônia. Mas este é um capítulo à parte.

Há também a guerra comercial interna, em que perdemos hoje para qualquer país do mundo, até para o Paraguai. Há a sonegação de meio trilhão de reais, a renúncia fiscal de meio trilhão de reais por ano, 284 bilhões de reais da Receita Federal, 200 bilhões dos Estados e 50 bilhões dos Municípios. Há um contencioso de 2 trilhões de reais, dívida ativa de 3 trilhões de reais e custo da burocracia de 60 bilhões de reais.

Renúncia fiscal faz parte deste processo e só existe porque o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo.

Nossa proposta é a reforma tributária, criando um IVA nacional distinto do dos Estados e Municípios, um imposto de renda forte, um seletivo, e a manutenção da previdência e do patrimonial.

Estamos próximos. A Comissão está instalada. Teremos mais seis sessões da Câmara para finalizarmos e levarmos o projeto para o plenário.

É agora ou nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Congratulo-me com o Deputado Luiz Carlos Hauly, que cravou nos 5 minutos. Deve ter sido a primeira vez que isso acontece em seus 11 mandatos eletivos.

Parabéns, Deputado! V.Exa. está melhorando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Tem a palavra o Sr. Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente Deputado Esperidião Amin, cumprimento o Secretário da Receita Federal, o Dr. Rachid.

Dr. Rachid, nós aqui na Casa fizemos um acordo com o Deputado Orlando Silva, no relatório, para manter desoneradas aquelas empresas de áreas que têm grande efetivo de mão de obra. Isso não aconteceu com a indústria de móveis. Esteve aqui o Presidente da Associação, Daniel Lutz, que mostrou que nem todas essas empresas estão no SIMPLES. As exportadoras não estão. Então, o custo da exportação aumentou de 5% a 7%, inviabilizando a exportação dos móveis dessa indústria que hoje está se levantando no Brasil.

Gostaria que V.Sa. desse uma olhada nisso profundamente, para ver se conseguimos manter a mão de obra, a exportação e a viabilidade das empresas de móveis, no Brasil, desonerando a folha, como tínhamos combinado com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Agradeço ao meu coestadano Deputado Valdir Colatto pela presteza da sua intervenção e cumprimento-o pela amabilidade com a nossa querida Senadora Ana Amélia.

V.Exa., Deputado, não faz mais do que a sua obrigação ao cortejá-la.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, parabéns por esta importante reunião.

Pelo que tenho lido sobre os objetivos da reunião, eu posso dizer que não se gerou trabalho com essa política irresponsável de desoneração. E aqui não se trata de “principismo” contra a política de desoneração, mas contra a forma irresponsável que favorece setores da economia de forma totalmente apartada de um planejamento vinculado a um objetivo estratégico de um desenvolvimento econômico, social, com equilíbrio ecológico, de modo que setores oligopolistas são beneficiados. Empregos não foram criados — pode-se afirmar, sem poder detalhar. Não houve avanço da competitividade da nossa economia e da indústria, em particular, aliás, há um processo de reversão da industrialização brasileira. E são os consumidores que estão pagando o pato. Basta ver o que aconteceu esta semana: autorização de aumento de 10% nos planos de saúde e também nas tarifas de energia. Tudo isso para não falar da irresponsável política de preços relacionada aos combustíveis, gerida pelo Pedro Parente. E a bandalheira contra o povo continua.

Nesse sentido, o debate é importante e é necessário aprofundá-lo, mas, de antemão, vê-se que realmente há que se pensar em uma política baseada em objetivos estratégicos que considerem a micro, a pequena e a média empresas e efetivamente em segmentos, digamos, do campo oligopolista que realmente precisem de uma atenção especial.

Eu não tenho nada contra, por exemplo, a indústria de alimentos e a indústria de bebidas, e muito menos, como arquiteto, contra a indústria da construção civil.



Mas há uma diferença entre favorecer, por exemplo, quem produz imóveis e ganha especulativamente para atender a quem tem vários imóveis, imóveis de altíssimo padrão, e, ao mesmo tempo, existirem 6 milhões e 300 mil brasileiros sem-teto, porque a política oficial beneficia, de modo geral, irresponsavelmente, determinados setores, sem obedecer a um princípio fundamental, o da progressividade.

Embora o tempo seja muito curto, apresento um estudo — Deputado Esperidião Amin, V.Exa. pode me dar 1 minuto de prorrogação? — do Dr. Paulo Kliass. Esse estudo mostra que a dívida ativa da União é superior a 2 trilhões de reais. Olhem esses dados! É dívida ativa! Não é porque dizem: “Ah, *devem-me*”. Não, é porque está reconhecida institucionalmente como dívida.

Sabe qual foi o retorno em 2017 desses mais de 2 trilhões de reais? Vinte e seis bilhões de reais, sem falar no esforço para cobrar esse valor, que muitas vezes está inclusive judicializado. Com todo o desprestígio e a violência ao sistema do Fisco e aos trabalhadores do sistema do Fisco, ainda assim eles conseguiram recuperar heroicos 26 bilhões de reais. No entanto — e aqui são dados oficiais —, só as dívidas não previdenciárias são...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Concluo, então. Eu acho que o esforço, Deputado Haully, é muito importante.

Pensar em simplificar o sistema, no entanto, é muito complexo e existem perigos. Mas há três aspectos que são indissociáveis e que devem ser considerados: o primeiro é o da progressividade — a estrutura fiscal é regressiva; o



segundo é o pacto federativo — não se pode cometer violência contra as esferas federativas, a União não pode continuar concentrando, como vem fazendo, depois de destruir o pacto estabelecido, em 1988, pela Constituição; e o terceiro são as contrapartidas sociais, que não são consideradas nunca.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, o prezado Deputado Renato Molling, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e coautor do requerimento de realização desta Comissão Geral, que, eu antecipo, considero como muito produtiva.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Quero cumprimentar o Deputado Esperidião Amin, Presidente desta Comissão Geral que está analisando este importante tema; o Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, que já se manifestou; as Senadoras e os Senadores aqui presentes; as Deputadas e os Deputados; os Presidentes de associações e entidades e dizer que este tema é de extrema importância. Por isso quero parabenizar o Deputado Esperidião Amin e todos os Deputados que estão envolvidos com ele.

Acredito que nós não podemos chegar, assim, de cima para baixo, e terminar com todos os incentivos, mas devemos estabelecer critérios, especialmente critérios técnicos, porque hoje não há coisa mais importante no nosso País do que a geração de empregos.

Eu fui Prefeito por 8 anos e também dava incentivos, mas não para tirar uma empresa que estava pertinho da região, porque não adianta desempregar de um lado e empregar de outro. Então, nós temos que ter critérios técnicos, especialmente para atrair investimentos de fora. Não adianta tirarmos uma empresa do Rio Grande do Sul e levar para São Paulo ou tirar de São Paulo e levar para o Nordeste, porque vai desempregar aqui para empregar lá. Isso não resolve os problemas dessas regiões.

E os incentivos também não podem ser eternos. Eu acho que nós temos que incentivar setores, regiões, para atrair empresas, realmente, através dos incentivos,



mas com critérios totalmente técnicos. Nesse aspecto, nós temos que tirar um pouco a política. Eu sei que, muitas vezes, por pressão política, consegue-se desoneração, inicialmente, para fazer uma experiência com três, quatro setores intensivos em mão de obra, e quando se vê estão sendo incentivados sessenta setores, sem muito critério, mas por pressão política.

Essas questões, realmente, têm que ser revistas, e esse projeto de lei corrige isso. Temos, realmente, que executar isso, porque o País é grande. Acho que nós temos que ter esperança de um País muito melhor, mas desde que ele consiga gerar emprego para tantas pessoas que hoje precisam. E os incentivos, nesse sentido, são importantes.

Outra questão também fundamental é o combate à sonegação e à pirataria, para gerar igualdade de condições e de competitividade. Nós temos que corrigir a desigualdade que existe hoje. Muitas vezes, um paga muito, outro não paga quase nada. Público e privado têm que andar juntos. E existe um desequilíbrio, porque é a produção que gera o imposto, que faz a máquina andar, e hoje a produção tem muitas dificuldades. Para quem produz está difícil.

Então, nós temos que corrigir essa questão, e só se consegue corrigir isso com bastante trabalho, com dedicação, com os especialistas trabalhando e com a Câmara fazendo a sua parte. E esta Comissão hoje, com certeza, tem grande importância.

Parabéns, Deputado Esperidião Amin!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Esperidião Amin) - O Deputado Renato Molling encerra a lista de oradores inscritos.

Eu quero agradecer a todos aqueles que emprestaram a sua contribuição, agradecer ao Dr. Rachid e pedir que, na próxima reunião da nossa CFT, ele possa nos trazer alguns comentários sobre as observações aqui feitas, para que nós socializemos.

Eu devo encerrar esta Comissão Geral, mas, antes de fazê-lo, tenho que ressaltar que o objetivo de colocar foco sobre essa questão complexa foi absolutamente alcançado, ou seja, atingimos o nosso objetivo graças à contribuição de todos.

E, em função disso, alerto que teremos em seguida sessão do Congresso Nacional para concluir a votação de matérias iniciada ontem.

Agradeço a participação e a presença de todos.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) - Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 10 horas e 56 minutos.)